Ata da 5ª (quinta) reunião ordinária da Comissão Especial Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Rondônia, realizada através do aplicativo Zoom, aos dez dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um (10.11.2021), na Sede da OAB/RO, situada na Rua Paulo Leal, 1300, Bairro Nossa Senhora das Graças. Presente os Excelentíssimos Senhores Dr. Rodolfo Jenner de Araujo Moreira, Membros: Alessandra Rocha Camelo, Karoline Costa Monteiro, Paulo Cesar Pires Andrade e Suelen Sales. Instalada a reunião às 15h15. Com a palavra o Presidente da Comissão, deu início a 5ª (quinta) reunião ordinária da Comissão Eleitoral, justificou a ausência do Vice-presidente da Comissão Marcos Bentes Bezerra, por motivos profissionais; registrou a presença dos representantes das chapas, Dr. Luiz Felipe da Silva Andrade da Chapa “**A ORDEM MAIS PRÓXIMA DE VOCÊ**”, Felipe Roberto Pestana da Chapa “**UMA NOVA ADVOCACIA PARA TODOS**”, dos Representantes das chapas de Colorado do Oeste Drs. José Carlos da Silva e Paulo Henrique Schmoller de Souza, cumprimentou a todos e passou-se ao julgamento dos processos pautados: **Processo nº 22.0000.2021.005480-2**. Requerente: Paulo Henrique Schmoller de Souza OAB/RO. Assunto: Registro de Chapa – Valorização e Avanço, nº 10 (Impugnação). Relatora: Alessandra Rocha Camelo. Com a palavra a relatora que apresentou parecer e voto: “...Diante do exposto, julgo: a) parcialmente procedente a impugnação da CHAPA COLORIDO UNIDOS POR COLORADO para reconhecer a incompatibilidade da candidata TATIANE VIEIRA DOURADO OAB/RO 8393, candidata ao cargo de tesoureira da CHAPA VALORIZAÇÃO E AVANÇA – Nº 10, nos termos do artigo 131, alínea d, do Regulamento Geral da OAB. b) Procedente o pedido de substituição da candidata ao cargo de Secretária-geral Adjunta advogada TATIANE VIEIRA DOURADO OAB/RO 8393 pelo advogado MAURI CARLOS MAZUTTI, OAB/RO 312-B, nos termos dos §§ 5º, 8º, do art.8º, do Provimento 146/2016. c) Por fim, com fundamento no parágrafo 6º, do art.131, do Regulamento Geral, alterado pela RESOLUÇÃO N. 08/2021, DEFIRO o pedido de registro de chapa VALORIZAÇÃO E AVANÇO”. Os membros a unanimidade acompanharam o parecer e voto da relatora. **Processo nº 22.0000.2021.005460-0**. Requerente: José Carlos da Silva OAB/RO 6773. Assunto: Registro de Chapa – Unidos por Colorado, nº 44. (Impugnação). Relatora: Alessandra Rocha Camelo. Com a palavra a relatora que apresentou parecer e voto: “...Diante do exposto, com fundamento no parágrafo 6º, do art.131, do Regulamento Geral, alterado pela RESOLUÇÃO N. 08/2021, julgo improcedente a impugnação e DEFIRO o registro da CHAPA UNIDOS POR COLORADO”. Os membros a unanimidade acompanharam o parecer e voto da relatora. **Requerimento nº 22.0000.2021.005639-2**. Requerente: Dra. Helwi Hijazi Zaglout OAB/RO 2447. Assunto: Solicita inclusão da lista de aptos a

votar. Relatora: Karoline Costa Monteiro. Com a palavra a relatora apresentou parecer e voto: "...A matéria oriunda do requerimento merece atenção dada a delicadeza e complexidade que o assunto requer. Também reconhece-se a dificuldade financeira enfrentada por muito advogados para adimplir as anuidades, especialmente com o agravamento da crise gerada pela pandemia. Neste sentido, várias providências foram adotadas pela OAB/RO para acolher e auxiliar a advocacia. Neste sentido, houve flexibilização quanto a renegociação dos débitos decorrentes de anuidades, dando-se ampla publicidade quanto ao chamamento da advocacia para renegociar dívidas no prazo que permitisse participar do processo eleitoral, ou seja, até 25.10.2021. Analisando o caso concreto com a norma própria e documentação acostada aos autos, reconhece-se o esforço da Requerente em adimplir a dívida. Porém, não foi suficiente para preencher os requisitos exigidos para participação como no processo eleitoral. É que para admitir o advogado(a) inadimplente como apto para votar, é requisito que tenha havido renegociação do débito de 2021 em tempo hábil, qual seja, anterior a data de 25.10.2021. No presente caso não houve renegociação da dívida referente a anuidade de 2021. Recentemente, em 03.11.2021 o STJ sustou os efeitos da liminar proferida pelo Juiz Urbano Leal Berquó Neto em Mandado de Segurança em matéria idêntica, concluindo que a vinculação da participação do processo eleitoral ao adimplemento das anuidades da OAB é legítima: "Quanto ao mérito, a legislação de regência do tema da suspensão de liminar e de sentença e da suspensão de segurança (Leis n. 8.437/1992 e 12.016/2009) prevê, como requisito autorizador à concessão da medida de contracautela, que a decisão a quo cause grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas. A suspensão dos efeitos da decisão judicial é, portanto, providência excepcional, cabendo ao requerente a efetiva demonstração da alegada gravidade a um daqueles valores tutelados. O entendimento prevalente no Superior Tribunal de Justiça é o de que, em princípio, a análise do mérito da causa originária não é atribuição jurisdicional da presidência da corte competente, salvo se relacionada com os requisitos da própria via suspensiva – direcionada à tutela dos preceitos previstos na legislação de regência. Um mínimo de juízo de deliberação sobre a questão de fundo é possível quando se confunde com o exame da violação da ordem, da saúde, da segurança ou da economia públicas, hipótese que ocorre na espécie. Com efeito, as requerentes apresentam elementos concretos para a comprovação de ofensa aos bens tutelados pela legislação de regência, visto que será permitido a pessoas desabilitadas o exercício de voto nas eleições, contrariando entendimento já pacificado na jurisprudência do STJ de que a vinculação da participação do processo eleitoral ao adimplemento das anuidades da OAB é legítima.(...) Está demonstrado nos autos que a

decisão que determina a participação no pleito de advogados inadimplentes em relação ao pagamento da anuidade da OAB contraria a tradicional regulação que a própria OAB faz das eleições (art. 134, RGEOAB), já reconhecida legal pelo STJ, e, nesse sentido, viola a autonomia desse órgão essencial à administração da Justiça. Evidente, portanto, a grave violação à ordem pública. Ante o exposto, defiro o pedido para sustar os efeitos da liminar proferida pelo Juiz Urbano Leal Berquó Neto nos autos do Mandado de Segurança n. 1047770-45.2021.4.01.3500 até o seu trânsito em julgado, na forma prevista no § 9º do art. 4º da Lei n. 8.437/1992. Comunique-se, com urgência, ao TRF da 1ª Região e ao Juízo da 8ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária. (SUSPENSÃO DE SEGURANÇA Nº 3349 - GO (2021/0351338-9). Ministro Humberto Martins.) Por tudo que foi exposto, conclui-se pelo indeferimento do pedido. Em votação, os membros aprovaram a unanimidade o parecer e voto da relatora. **Requerimento nº 22.0000.2021.005620-3.** Requerente: Dr. Alexandre Barneze OAB/RO 2660. Assunto: Solicita inclusão da lista de aptos a votar. Reconsideração da decisão monocrática do Presidente da Comissão Eleitoral. Com a palavra, o Presidente da Comissão proferiu a leitura da manifestação para deliberação da Comissão: "...Nesse contexto, na condição de Presidente da Comissão Eleitoral, foi realizada diligência na tesouraria da Seccional, a qual emitiu a CERTIDÃO Nº 501/2021/TES/OAB/RO¹, cujo teor das informações revela à seguinte conclusão: Que o Advogado Alexandre Barneze, inscrito sob nº 2660, aderiu ao parcelamento das anuidades referentes aos anos de 2019, 2020 e 2021 em 24/08/2021, em 10 (dez) vezes de R\$ 313,32 (trezentos e treze reais e trinta e dois centavos), com vencimento todo dia 24 de cada mês. Que o boleto correspondente a 3ª parcela com vencimento em 24/10/2021, foi emitido via web no dia 25/10/2021 às 16h35, sem, contudo, fosse efetuado o pagamento, o que só ocorreu na data de 03/11/2021 com a emissão de novo boleto via web às 14h26, inviabilizando, portanto, sua inclusão na lista de advogados aptos a votar. Posto isso, mantenho a decisão que INDEFERIU o pedido de inclusão do Advogado como apto a votar nas Eleições OAB/RO 2021, submetendo-a, em prestígio ao colegiado, à deliberação da Comissão Eleitoral. Realizado o julgamento, notifique-se o advogado da decisão. Após, archive-se. Colocado em votação, os membros da Comissão, a unanimidade, acompanharam o parecer do Presidente pelo indeferimento do pedido. Assuntos Administrativos para Eleição: **Prazo para indicação de Fiscal delegados na Seccional e subseções:** Os membros a unanimidade aprovaram que o prazo final para apresentação de fiscais e delegados será no dia 17/11/2021 (quarta-feira) até às 17horas. Fica deliberado que, será feita a indicação de 2 (dois) fiscais por chapa totalizando 16

(dezesesseis) para cada chapa na Seccional e 2 (dois) para cada chapa nas Subseções, bem como, serão indicados 2 (dois) delegados apenas na capital (um de cada chapa); no dia da eleição quem se reportará ao Pessoal da Comissão Eleitoral, serão, os delegados e os advogados constituídos pelas chapas (dois). **Quanto a Publicidade:** Não pode ser utilizado qualquer tipo de propaganda, salvo botons em advogados e o uso de apenas 2 (dois) banners de até 2 (dois) por 1 (um) metro nas respectivas barracas. **Assinaturas nas cédulas de votação:** todas as cédulas de votação, para que sejam validadas, deverão estar assinadas pelo Presidente da Comissão Especial Eleitoral. Quanto a **Ata de Eleição das Subseções:** deliberou-se que cada subseção irá fazer sua própria ata de eleição conforme modelo padrão que será enviado para o e-mail de cada Subseção, sendo que, ao final da apuração de votos, deverá ser encaminhada imediatamente cópia do comprovante de votação para o e-mail da comissão eleitoral: comissao.eleitoral@oab-ro.org.br. Em relação ao **fluxo dentro das Sessões:** fica decidido que não haverá fluxo dentro das seções de votação, a não ser do advogado que irá votar, e dos fiscais de cada Chapa. **Horário especial:** A comissão deliberou que o horário de 9h as 10h será preferencialmente reservado aos grupos estabelecidos como prioridade, sendo esses, as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo. Será feito a **disponibilização no site da OAB/RO** da quantidade de subseções que receberão urnas eletrônicas e urnas de lonas, bem como, a quantidade de chapas concorrentes em cada cidade. Os membros por maioria, deliberam sobre a **apuração dos votos na Seccional:** será realizada no plenário da OAB/RO, e poderá estar presente apenas os membros da Comissão Eleitoral, o Presidente da Seccional, um representante de cada chapa e os candidatos à Presidência, sendo que, este último, poderá ser substituído, uma única vez, por algum dos candidatos à Diretoria e/ou Conselheiro Federal da respectiva Chapa. **Assinatura do resultado da apuração:** Em cada Seção, será retirado 3 (três) vias do resultado, que deverá ser assinado pelo Presidente da Comissão Eleitoral e o candidato à Presidência e/ou Representante da Chapa. O **uso de SOM** não será permitido no dia da Eleição de qualquer forma. Fica decidido que o sorteio referente as barracas que serão disponibilizadas na frente da sede da OAB/RO para apoio das Chapas no dia da eleição, será realizado no dia 12/11/2021 às 10 horas, na sede da OAB/RO, de forma presencial. Cientificados os Representantes das Chapas neste ato, na sede da OAB/RO. Neste momento, nada mais a tratar, foi feito o encerramento pelo Presidente da Comissão, da 5º (quinta) reunião Ordinária da Comissão Especial Eleitoral às 16h40.

Porto Velho, 10/11/2021

Rodolfo Jenner De Araújo Moreira

Presidente

Alessandra Rocha Camelo

Membro

Karoline Costa Monteiro

Membro

Paulo Cesar Pires Andrade

Membro

Suelen Sales Cruz

Membro